



ESTADO DE SERGIPE - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (C = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.643.611,75	0,00	1.643.611,75
Pessoal Ativo	1.327.291,75	0,00	1.327.291,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	316.320,00	0,00	316.320,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	316.320,00	0,00	316.320,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	-	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	-	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	316.320,00	0,00	316.320,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.327.291,75	0,00	1.327.291,75
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	52.166.812,34		% SOBRE A RCL
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	1.327.291,75		2,54%
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.130.008,74		6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (VII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.973.508,30		5,70%
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 X VI) (incis II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.817.007,87		5,40%

FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Robson Santos
Responsável pelo Controle Interno

José Aelson dos Santos
Presidente

Aleanderson de Andrader Machado Menezes
Responsável pela Administração Financeira

José Valmir dos Passos
CRC/SE-4.111



ESTADO DE SERGIPE - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE 2016

Fls. n.º 94
Rubrica C

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente líquida	R\$ 52.166.812,34

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.327.291,75	2,54%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	3.130.008,74	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	2.973.508,30	5,70%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	Sem movimentação	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	Sem movimentação	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	Sem movimentação	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.353,36	1.353,36

FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ

Robson Santos
Responsável pelo Controle Interno

José Aelson dos Santos
Presidente

Aleanderson de Andrade Machado Menezes
Responsável pelo Controle Interno

José Valmir dos Passos
CRC/SE - 4.111



ESTADO DE SERGIPE - PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE 2016

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(e)				
		De Exercícios Anteriores	(b)							(c)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	1.353,36	-	1.353,36	-	-	
...	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	-	-	-	1.353,36	-	1.353,36	0,00	0,00	
TESOURO										
...										
...										
...										
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.353,36	0,00	1.353,36	0,00	0,00	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹										
FONTE: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ										

Aleanderson de Andrade Machado Mene
Responsável pela Administração Financeira

Robson Santos
Responsável pelo Controle Interno

Jose Aelson dos Santos
Presidente

Jose Valmir dos Passos
CRU/SE 4.111

Fls. n.º 9
Rubrica C



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PROPRIÁ**

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que o Presidente Municipal da Câmara de Maruim, o Sr. José Aelson dos Santos, está em dia com a apresentação da Declaração de Bens e Renda conforme preceitua o Art. 8º da Resolução 167/94 de 21.07.94 do Tribunal de Contas do Estado.

Propriá(SE), 19 de abril de 2017.

Responsável pelo setor pessoal

Jair Antônio Fernandes